

**A classe fragmentada: unidade e conflito entre produtores rurais do Vale do São Francisco**

José Fernando Souto Jr.[[1]](#footnote-1)

**GT 06:** ELITES E CLASSES DOMINANTES NO CAMPO: ESTUDOS SOBRE PODER E DOMINAÇÃO NO “ANDAR DE CIMA”.

**RESUMO**

Buscando compreender as relações de classe no Submédio Vale do São Francisco (SMSF), entre as cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), maior produtor de frutas do Brasil para exportação, o objetivo deste trabalho tem sido buscar a compreensão da organização do empresariado/patronato rural em suas várias formas de representações associativas: o Sindicato Rural (patronato), fundado em 1965; as cooperativas que atuaram no SMSF desde os anos 1970; a formação da Associação dos Produtores e Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport), estimulada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), em 1988; e, no início dos anos 1990, a criação da Brazilian Grape Marketing Board (BGMB) por um grupo de empresários com o objetivo exportar uvas e desenvolver novas modalidades da fruta com vistas ao atendimento do mercado externo.

Palavras-chave: patronato, associações, cooperativas, sindicato, agronegócio.

**INTRODUÇÃO**

O Submédio Vale do São Francisco (SMSF) se notabilizou pela produção de frutas para exportação. Segundo números da Associação dos Produtores e Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (VALEXPORT), a área irrigada do Vale era de 360.000 hectares em 2013; a região é a terceira maior produtora de frutas do mundo, produzindo 43,8 milhões de toneladas por ano. O consumo mundial de frutas frescas é da ordem de 42 milhões de toneladas por ano, movimentando US$ 28 bilhões anualmente, a participação do Brasil, por sua vez, é da ordem de US$ 642,7 milhões (2,3%). Desse total, o SMSF participa com 39,1%, exportando principalmente uva e manga, sendo responsável por um total de US$ 251,5 milhões. 80% da uva e 65% da manga exportadas pelo SMSF vão para a União Europeia; 15% da uva e 30% da manga vão para os Estados Unidos e os 5% restantes de manga e uva vão para o Canadá, países da Ásia, da América do Sul e do Oriente Médio (VALEXPORT, 2013).

A magnitude dos negócios no SMSF foram a motivação para as pesquisas que desenvolvemos desde 2008, financiadas por fundações de amparo à pesquisa: FACEPE, FAPESB, CNPQ e CAPES. Ao longo desse tempo, foram publicados vários artigos, que são citados ao longo do corpo desse trabalho. Foram 18 entrevistas semiestruturadas, visitas regulares aos arquivos privados dos sindicatos dos trabalhadores rurais e do sindicato patronal, dos jornais locais e das bibliotecas das universidades localizadas entre Petrolina e Juazeiro, além da Embrapa, com o objetivo de procurar documentos relacionados à fruticultura irrigada. Optou-se desde o início pelo método qualitativo, objetivando aprofundar a compreensão da ação dos atores sociais nesse estudo de caso (FLICK, 2009; GOLDENBERG, 2004) e fazendo uso da análise documental (PIMENTEL, 2001; CELLARD, 2010).

No decorrer das pesquisas, identificamos publicações que são referências para se pensar o desenvolvimento da fruticultura irrigada no SMSF. São publicações recorrentemente citadas em artigos acadêmicos e alguns dos autores orientaram trabalhos acadêmicos diversos sobre esse tema. Assim, desde o livro-denúncia de Bloch (1996), aos trabalhos acadêmicos de Cavalcanti (1996, 1997, 2003), Daminani (1999), Silva (2001, 2009) e Selwyn (2008, 2009, 2010), todos podem ser considerados para o entendimento da fruticultura do SMSF.

Na configuração do *cluster* no SMSF, há uma predominância clara do papel do Estado: na definição da área e da construção de toda a infraestrutura, na criação das agências que definiram as diretrizes e executaram os planos para o desenvolvimento, na criação de agência de pesquisa, universidades, no direcionamento dos recursos de pesquisas, no estímulo ao cooperativismo e ao associativismo da iniciativa privada e, por fim, na fiscalização das condições de trabalho.

Foi com a antropologia do desenvolvimento de Sardan (2005) que encontramos a ferramenta para auxiliar na compreensão da constituição desse modelo. Partindo do dissenso, é possível entender as estratégias dos atores. Sardan trata de três perspectivas, que absorve de Gluckman: em primeiro lugar, toda sociedade é atravessada por conflitos, em segundo, conflitos são indicativos de variedades de posicionamentos sociais e, assim sendo, são expressões de interesses ligados às diferentes posições sociais (dos atores) e são estruturados culturalmente. Por fim, os conflitos, para além de uma interpretação de que eles conduzem ao caos, contribuem ao menos para a sua reprodução ao reforçar a coesão social (SARDAN, 2005).

Articulando as dimensões do “modelo de desenvolvimento” com o conceito de arena de Sardan: “the arena is basically the social space in which these confrontations and competitions occur” (2005, p. 189), procura-se visualizar os posicionamentos dos agentes em interação e o desvelamento de suas estratégias em confronto como lógicas entrelaçadas, “como um campo social que coloca em relação, com uma intensidade particular, atores diversos, interesses heterogêneos, lógicas de ação plurais e universos simbólicos divergentes” (BIERSCHENCK apud CARNEIRO, 2012, p. 134). Esta referência teórica norteia o entendimento deste trabalho, que tem como objetivo entender o percurso dos produtores rurais do SMSF.

Foi o direcionamento efetivo de políticas do governo federal, com o objetivo de suprir a demanda por alimentos das regiões metropolitanas do Nordeste, que permitiu a retirada do Semiárido nordestino do isolamento político e econômico tornando-o produtor de alimentos (OLIVEIRA, 1981). A atenção para com o Nordeste teve início com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1909. Foi a primeira agência do Estado a estudar a problemática do Semiárido.

Os grandes investimentos iniciaram nos anos de 1945 com a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Com o objetivo de aproveitar as águas do São Francisco para gerar energia, as obras para construção de lagos e usinas vieram acompanhadas de obras de infraestrutura que beneficiaram a região. Com a instituição da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948, o governo federal passou a enxergar o SMSF com base em suas peculiaridades geográficas e climáticas, encomendando as primeiras pesquisas para as culturas irrigadas e o apoio técnico aos colonos. Mas foi com o Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDM) e, posteriormente, com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, que surgiram as primeiras propostas associadas a um plano extenso de irrigação. Dentro de um conjunto de políticas direcionadas ao Nordeste e ao SMSF, a irrigação tornou-se uma alternativa viável, tendo em vista o caso exitoso de Israel. Em 1963, foi instituído o Grupo de Irrigação do São Francisco e foram criadas duas estações experimentais (SOUTO JR, 2019)1.

A Sudene, em parceria com a *Food Agricultural Organization*, em 1966, realizou o levantamento pedológico das áreas irrigáveis e definiu o Plano Diretor da irrigação (PDI). Tendo em vista a mudança de atenção que a região recebia, a CVSF foi transformada em superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), que assumiu a execução do PDI, ao mesmo tempo em que foi responsável por obras de infraestrutura, como rodovias, escolas e a construção do aeroporto de Petrolina, em 1958.

Foi em 1974 que a Suvale foi transformada em Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Para Silva (2001) e Damiani (1999), o marco decisivo da irrigação e do êxito da fruticultura irrigada é da CODEVASF, que elaborou e implementou políticas estruturais, pondo fim às políticas setorizadas e descontínuas de diversas agências do Estado. Inicialmente, ela teve o papel de acompanhar todas as fases dos projetos de irrigação, desde a avaliação de viabilidade técnica até a econômica. Foi responsável pela implantação, acompanhamento e desenvolvimento de cada projeto. Segundo Damiani, a forma singular de atuação garantiu o sucesso do polo Petrolina-Juazeiro. A boa performance pode ser explicada pela aplicação de princípios inovadores na gestão dos projetos, dividindo a área entre pequenos e médio produtores e grandes empresas, introduzindo uma competição por subsídios direcionados.

A INICIATIVA PRIVADA SUAS ORGANIZAÇÕES DE INTERESSES

A racionalidade do capital, incorporada pelos técnicos da CODEVASF, indicava que o desenvolvimento do SMSF não aconteceria se não houvesse uma iniciativa privada com maior dinamismo. Após todo o investimento estatal e algumas experiências fracassadas, como a do melão, por exemplo, ficou claro que seria necessário estimular uma dinâmica empresarial com uma racionalidade menos dependente do Estado e capaz de assumir mais riscos. Mas como fazê-lo?

A estratégia foi recrutar produtores com *expertise* em exportação e cooperativismo. O marco decisivo foram os anos 1970, quando a CODEVASF convidou a Cooperativa Agrícola de Cotia e ofereceu terras para produzirem nos projetos irrigados. Direcionada pelo Estado, essa política de recrutamento de colonos tinha dois objetivos: trazer novos atores para ocupar terras ociosas e introduzir um tipo específico de colono com perfil voltado para a forma associativa do cooperativismo com uma racionalidade empresarial mais agressiva, capaz de liderar o projeto de desenvolvimento no momento em que o Estado se preparava para deixar algumas de suas atribuições.

O desdobramento dessa inciativa se deu com a aliança formada entre a CODEVASF e a COTIA (esse perfil empreendedor foi recrutado no Sudeste), a maior cooperativa agrícola do país com mais de 200 escritórios no Brasil, inclusive em Juazeiro, onde comprava melões para vender nos mercados do Sudeste e nas capitais nordestinas. A ideia inicial visava atrair empresas com reconhecida experiência em exportação e comprovado conhecimento das exigências do mercado externo. A Cotia era a escolha óbvia, com reconhecido *know-how* na exportação de produtos agrícolas desde os anos 1960 e com escritório em Rotterdam. Colonos ligados à cooperativa se estabelecerem em Curaçá (BA), no SMSF, para produzir melão. Ao longo do tempo, o Vale passou a ser o maior exportador de melão do país e a Cotia a principal exportadora (DAMIANI, 1999).

A visão empresarial do grupo de produtores ligados à COTIA deve ser observada a partir de sua relação com a terra, que deixava de ser vista apenas como agricultura e passava a ser vista como *agrobusiness*, uma expressão carregada de valores empresariais para os negócios no campo, significando uma relação mais complexa com os mercados interno e externo. Para Mendonça, o patronato rural moderno é oriundo das cooperativas, defende a autogestão, representa a modernização no campo, e é deles o termo agronegócio, concepção que relaciona todas as atividades econômicas ligadas direta ou indiretamente à agricultura – constituindo-se num “poderoso complexo, de cunho bem mais comercial e financeiro, cujo peso não poderia ser aquilatado apenas por seu desempenho econômico, mas principalmente por sua influência política” (MENDONÇA, 2010, p. 219).

A *expertise* da COTIA serviria de modelo para expandir o leque de frutas no exterior. Uma série de problemas foram sanados com o conhecimento já acumulado pela Cotia, facilitando as tarefas relacionadas à exportação, como o entendimento das normas sobre os padrões de qualidade requeridos no mercado de frutas frescas. A coordenação do processo de produção e de distribuição dos fruticultores teve efeito eficaz nos seguintes itens: evitou a concentração das colheitas e viabilizou as fases relacionadas à embalagem, armazenamento e transporte das frutas; garantiu maior eficácia no controle sobre as pragas; e a ampla rede de relações com compradores internacionais da Cotia ajudou a resolver um dos principais entraves, o de *marketing* (DAMIANI, 1999; SILVA, 2001; GOMES, 2004; SELWYN, 2008, 2010).

Os países compradores impõem exigências que afetam as técnicas de produção, de modo que as frutas estejam dentro de especificações técnicas que atendam a legislação de cada país. Por outro lado, estas exigências estão relacionadas ao *marketing*, que padroniza os produtos definindo os elementos estéticos como tamanho, cor do fruto, forma da embalagem, além dos elementos de composição do sabor, como a quantidade mínima de água e açúcar (CAVALCANTI, 1997; SELWYN, 2008).

O processo de produção é afetado desde a preparação da terra, que está relacionada aos produtos adequados e à aplicação correta dos insumos no tratamento das plantas, como adubos e pesticidas, até o pós-colheita, com a classificação dos frutos, a embalagem, o armazenamento e o transporte (terrestre, marítimo e aéreo). Essa gama de tarefas não poderia ser realizada pelos diversos produtores sem que houvesse organizações que as coordenassem. Parte desse papel foi desenvolvido com êxito pelas cooperativas, que propagaram uma mentalidade empresarial e de autogestão.

A CODEVASF ajudou a fomentar uma associação de produtores. Desse esforço nasceu, em 1988, a Associação dos Produtores e Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco – VALEXPORT. Em entrevista à pesquisa, José Gualberto de Freitas narrou como se deu a ideia inicial para a criação da associação. Em sua versão do surgimento da VALEXPORT, não havia um protagonismo da CODEVASF, mas uma ideia que surgiu com o empresariado local. Responsável pela Fazenda Milano, primeiro grande projeto de irrigação de fruticultura que se dedicou à produção de uva e vinho.

Ainda em 1986, a CODEVASF montou uma força tarefa para promover e viabilizar a exportação de frutas, realizando *workshops* com especialistas estrangeiros que trataram de temas como: as regras dos mercados internacionais, as imposições governamentais para exportação de alimentos e frutas frescas, as questões de *marketing* e as exigências dos mercados etc. No ano seguinte, convidou os principais produtores de frutas e alguns políticos para discutir a exportação de frutas e identificar as ações das agências do governo federal com o objetivo de resolver os gargalos para exportação.

Para Damiani, uma das estratégias de sucesso da CODEVASF foi estimular o engajamento local dos produtores para construir, via iniciativa privada, instituições de cooperação nas quais os fruticultores poderiam resolver de forma coletiva seus problemas, como a complexidade e o alto custo das tecnologias para exportar frutas. Problemas encontrados na qualidade das frutas são passíveis de penalidades nos preços e, geralmente, impedem novas entradas nos mercados externos.

CODEVASF pushed firms very strongly to organize themselves, arguing that they needed an association for at least the following powerful reasons: a) to collect information and search for export markets; and b) to press the federal government to carry out policies and other interventions that helped producers of fruits for export, such as investing in improving the Suape harbor and the highway between Petrolina and Suape, and increasing the funding for research on export crops available to the EMBRAPA research station in Petrolina. CODEVASF also argued that if firms jointly contracted transportation by trucks and ships, they would save substantial amounts of Money (DAMIANI, 1999, p. 49).

O alcance da atuação da VALEXPORT pode ser vista nos documentos da própria associação já depois de formada.

A VALEXPORT foi criada em 1988 com o objetivo de representar o empresário hortifrutigranjeiro local de forma institucional, intervindo junto aos poderes públicos constituídos, sejam eles nacionais ou internacionais. (...) Manter relacionamentos e firmar convênios com órgãos, entidades e empresas públicas ou privadas, no país e no exterior, que exerciam atividades relacionadas com a produção, preparação, transporte, armazenamento, comercialização, exportação e promoção de produtos hortigranjeiros no Brasil e no exterior, em todas as formas, inclusive através de participações em feiras, exposições, com fundos próprios ou de terceiros (VALEXPORT, 2014, p. 6).

A CODEVASF apoiou a criação da associação custeando as despesas com o aluguel, equipamentos e mobiliário, pagou o salário de um técnico para administração por um ano, desenhou os estatutos, contratou estudo sobre viabilidade de exportação de frutas e vegetais para Europa e divulgou as frutas do SMSF em feiras da Europa. A Cotia desempenhou um papel diretivo nesse processo ao ensinar como exportar, deslocando diretores de sua área de exportação em São Paulo para o SMSF e pagando seus salários até que a VALEXPORT pudesse contratá-los. O objetivo da associação não foi apenas atuar na diminuição dos custos de produção, mas monitorar e aferir o controle de qualidade das frutas de seus associados que deveriam ser exportadas.

Em 1994, a Cotia faliu, mas cumpriu com a sua missão de transformar mentalidades. Os fatos decorrentes, após a decretação da falência, expressaram o alcance da autogestão, fato também decisivo para a configuração do espírito de cooperação de um *cluster*, que promove a competição com a cooperação. Os rivais competem intensamente por consumidores. Sem uma vigorosa competição, o *cluster* pode falir. Por isso a necessidade de cooperação. A competição pode existir com cooperação porque ocorre em diferentes dimensões entre diferentes *players* (PORTER, 1998). Frustrados com a falência, fruticultores fundaram a Cooperativa Agrícola de Juazeiro (CAJ), que implantou um novo modelo de gestão, tornando o processo de decisão mais próximo dos cooperados, centralizando o processo de compra de insumos e a venda da produção, tratando da padronização dos processos e procedimentos de produção – pós-colheita, embalagem, resfriamento e transporte – e criando uma marca própria para exportação de frutas, a *Copacabana Gold* (SILVA, 2001).

Em 1992, membros da VALEXPORT formaram um grupo interno e criaram a *Brazilian Grapes Marketing Board* (BGMB), cuja presidência ficou a cargo da CAJ. O BMGB funcionou como uma marca própria, os fruticultores deveriam manter um controle de qualidade rigoroso na produção, que seria auditado mensalmente. A BGMB estimulava os pequenos produtores a formarem associações para ingressarem no *board*, tal medida os ajudava no aumento de serviços compartilhados e diminuía os custos tarifários relacionadas à exportação (SELWYN, 2008, 2013).

Há uma controvérsia sobre quem nasceu primeiro, a VALEXPORT ou a BGMB. Segundo Selwyn, a BGMB surge de dentro da VALEXPORT, mas em entrevista recente o administrador do Sindicato dos Produtores Rurais de Petrolina afirmou que foi o contrário:

FERNANDO SOUTO: *Então esse grupo começou a se reunir para discutir a questão da uva, na BGMB*

FLÁVIO DINIZ: A BGMB, ele trabalhou a questão da exportação...

FERNANDO SOUTO: *Ah! Da exportação...*

FLÁVIO DINIZ: Foi de lá que nasceu a VALEXPORT, vamos dizer assim.

FERNANDO SOUTO: *Ah! Ele é anterior a VALEXPORT?*

FLÁVIO DINIZ: Bem anterior.

FERNANDO SOUTO: *Aí vem a VALEXPORT e depois esse grupo que hoje se organiza aqui no sindicato e tal, ele se articula como, pela BGMB ou pela VALEXPORT?*

FLÁVIO DINIZ: A BGMB não existe mais, né?

Mas essa discussão é importante para colocar em cena o Sindicato dos Produtores Rurais de Petrolina. Desde que a VALEXPORT passou a organizar os produtores e isso desdobrou no interesse da associação para a primeira assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, reunindo os sindicatos de trabalhadores do Vale do São Francisco, a VALEXPORT procurou o sindicato patronal afim de que este assinasse a referida convenção. Isso porque pela lei apenas sindicatos podem representar a classe em acordos coletivos ou convenções. Até então o sindicato patronal tinha uma ação pouco visível, prestando apoio a pequenos produtores rurais, quase que de forma assistencialista. Não tinha relação com os produtores de fruta que representavam a face moderna da agricultura irrigada e de exportação.

Portanto, desde que teve início as convenções coletivas dos trabalhadores da fruticultura irrigada, em 1994, o Sindicato dos Produtores Rurais de Petrolina participava da assinatura da convenção coletiva de trabalho meramente para dar legalidade ao acordo. Era a VALEXPORT quem organizava a convenção, contratava advogados e rateava com os participantes os custos da convenção. Essa fala de Flávio Diniz é importante para entender o papel que o sindicato patronal tomaria em anos posteriores. Indagado sobre o surgimento da BGMB, ele revela que o grupo surgiu com o objetivo de discutir a condição dos produtores de uva. Havia a necessidade de discutir a padronização dos custos de produção e as condições do mercado interno.

FLÁVIO DINIZ: Não. Da experiência da necessidade de ter uma discussão voltada mais para o produtor do mercado interno, as suas necessidades, é tanto que não tem a ver muito com exportação, se não esse grupo teria ido lá para a VALEXPORT discutir lá, entendeu? Mas aí não, eles disseram vamos reunir aqui pra gente poder começar. Preço, por exemplo, não é definido assim, não existe um preço, então começaram a discutir isso, e vieram se reunir aqui dentro (sindicato patronal) por conta da estrutura que tinha e por conta do sindicato, foi quando nasceu...

Portanto, as reuniões começaram no Centro de Convenções de Petrolina e depois migraram para a sede do sindicato patronal, que acolheu o grupo para que fizessem as reuniões ali mesmo na sede do sindicato. Quando surgiu a primeira eleição no Sindicato Rural desde que os produtores de uva ali se reuniam, um deles se candidatou e passou a integrar a direção do sindicato. Algum tempo depois,

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A busca pelo entendimento da articulação dos interesses do empresariado da fruticultura irrigada chama atenção pela possível cisão no seio da VALEXPORT. Tudo leva a crer que a organização dos produtores de uva interessados na articulação de seus interesses para a expansão de suas vendas no mercado interno, tem provocado deslocamentos na organização dos interesses no entorno da VALEXPORT. Atualmente o Sindicato Rural tem sido gerido pelos produtores de uva agora diretamente interessados na Convenção Coletiva de Trabalho, deslocando a organização e articulação do acordo de trabalho, agora, para dentro do Sindicato Rural.

 Com isso, a pauta colocada pelo Sindicato Rural tem sido direcionada para enxugar as cláusulas sociais que beneficiam os trabalhadores. O corte entre exportadores e não-exportadores demarca uma disputa que estava submersa diante da pujança dos exportadores, com consequências diretas sobre os trabalhadores com uma pauta que tenta eliminar direitos.

**REFERÊNCIAS**

BLOCH, D. **As frutas amargas do velho chico:** irrigação e desenvolvimento no vale do São Francisco. São Paulo: Livros da Terra, Oxfam, 1996.

CARNEIRO, Marcelo S. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologia & Antropologia,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 129-158, 2012.

CAVALCANTI, J. S. B. Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 79-93, 1997. CAVALCANTI, J. S. B. Globalização, novas regiões de produção agrícola e desigualdades sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 25, p. 109-121, jan./dez. 1996.

CAVALCANTI, J. S. B.; MOTA, D. M. da; SILVA, C. B. da. **Os trabalhadores no contexto da globalização dos alimentos.** São Paulo: EDUSP, 2003.

CELLARD, André. A análise documental. *In:* POUPART, Jean; DESLAURIES, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; (org.). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petropólis: Vozes, 2010. p. 295-316.

DAMIANI, O. **Beyond market failures: irrigation, the state, and non-traditional agriculture in Northeast Bra- zil.** 1999. Tese (Doctor of Philosophy) – Department of Urban Studies and Planning, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1999.

DUARTE, Jorge. Prosa com Eliseu. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, R. **Upgrading without exclusion: lessons from SMEs in fresh fruit clusters in Brazil, unpublished octoral thesis.** Massachusetts: MIT Department of Urban Studies and Planning, 2004.

GILL, R. Análise de discurso. *In:* Bauer, M.W.; Gaskell, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto Imagem e Som:** Um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 244- 270.
GOLDENBERG, Mírian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 65-72, abr./jun. 1997.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente** (1964-1993). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

MOTA SILVA, G. J. **Frutos do desenvolvimento:** as contradições do capital e a construção de uma política sindical de assalariados rurais da fruticultura irrigada no Submédio São Francisco. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: Nordeste, Sudene, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n. 114, p. 179-195, 2001.

PORTER, Michael E. Clusters and the New Economics of Competition. Havard Business Review, Massachusetts, p. 1-31. nov./dez. 1998. Disponível em: https://hbr.org/1998/11/clusters-and-the-new-economics-of-competition. Acesso em: 25 mar. 2019.

RODRIGUES, V. de O. **Globalização da agricultura e mudança no mundo do trabalho:** os trabalhadores rurais do Vale do São Francisco. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SARDAN, Jean-Pierre Olivier. **Antropology and development:** understanding contemporary social changes. Lon- don : Zed books, 2005.

SELWYN, Ben. Globalized Horticulture: The Formation and Global Integration of Export Grape Production in North East Brazil. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 4, p. 537-563, out. 2010.

SELWYN, Ben. Institutions, Upgrading and Development: Evidence From North East Brazilian Export Horticul- ture. **Competition & change**, v. 12, n. 4, p. 377-396, dez. 2008.
SELWYN, Ben. The global retail revolution, fruiticulture and economic development in north-east Brazil. **Review of International Political Economy,** v. 20, n. 1, p. 153-179, 2013.

SELWYN, Ben. Labour flexibility in export horticulture: a case study of northeast Brazilian grape production. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 4, p. 761-782, 2009.

SILVA, Pedro Gama da. **Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina-Pe/Juazeiro-Ba:** em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas. 2001. Tese (Doutorado em economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SILVA, Pedro Gama da. Dinâmica e crise da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. *In:* SILVA, Aldenor Gomes da; CAVALCANTI, Josefa Salete B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (org.). **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Editora Zarinha Centro de Cultura, 2009. p. 69-95.

SOUTO JR, J. F. O Vale Encantado do São Francisco: desenvolvimentismo e sindicalismo rural (1990 - 2008). **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 3, n. 2, p. 1-13, jan/jul. 2011.

SOUTO JR, J. F. Se parar, a fruta apodrece: fordismo e sindicatos no Vale do São Francisco. **REED – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão,** Araraquara, v. 7, n. 1, p. 1-20, jul./dez. 2013.

SOUTO JR, J. F.; MOTA SILVA, G. J. M. O lugar da ausência: luta de classes e direitos na fruticultura irrigada do São Francisco. *In:* ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 13, 2013, Curitiba. **Anais do XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET**. Curitiba: UFPR, 2013. p. 76-102.

SOUTO JR, J. F.; MOTA SILVA, G. J.; ALMEIDA, Camilla. Frutos do desenvolvimento: trabalho, ação coletiva e sindicalismo no Submédio São Francisco. *In:* ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 14, 2015, Campinas. **Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET**. Campinas: Unicamp, 2015. p. 69-95.

VALEXPORT. **O potencial do Vale do São Francisco Brasil**. Petrolina-PE, 2013.

VALEXPORT. **Há 26 anos unindo forças para o desenvolvimento do Vale do São Francisco e da fruticultura brasileira.** Petrolina-PE, 2014.

Observações:

O arquivo todo do trabalho deverá ter no mínimo 10 e no máximo 15 páginas. Tamanho do papel: A4 (29,7cm x 21 cm), margem superior: 2,5 cm, margem inferior: 2,5 cm, margem esquerda: 2,5 cm, margem direita: 2,5 cm. Espaçamento de 1,5 cm entre as linhas. Fonte Avenir, tamanho 12.

Agradecimentos (opcionais) devem ser citados em nota de rodapé junto ao título. Os tópicos devem estar em caixa alta, sem numeração e qualquer outro destaque (negrito ou itálico). Os subtópicos devem ter a apenas primeira letra do título e a dos nomes próprios em caixa alta, sem numeração e qualquer outro destaque (negrito ou itálico). Serão permitidos até cinco elementos gráficos (tabelas, quadros, gráficos, figuras, fotos, desenhos e mapas) numerados em algarismos arábicos e na sequência em que aparecem no texto. As citações no corpo do texto e as referências deverão obedecer às normas da ABNT.

1. Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), fernando.souto@univasf.edu.br [↑](#footnote-ref-1)